



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NATANAEL GONCALVES DE OLIVEIRA

**POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA DE 1986 A 1994: EFICÁCIA NO
COMBATE À INFLAÇÃO.**

GOIÂNIA
2021

NATANAEL GONCALVES DE OLIVEIRA

MATRÍCULA Nº: 2014.1.0021.0162-1

**POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA DE 1986 A 1994: EFICÁCIA NO
COMBATE À INFLAÇÃO.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Gesmar José Vieira

GOIÂNIA
2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NATANAEL GONCALVES DE OLIVEIRA
MATRÍCULA Nº: 2014.1.0021.0162-1

**POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA DE 1986 A 1994: EFICÁCIA NO
COMBATE À INFLAÇÃO.**

Monografia avaliada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Me. Gesmar José Vieira

Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira

Prof. Me. Edilson Gonçalves de Aguiaris

Goiânia – GO, 2021

Data da Aprovação: 09/12/2021

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as diversas políticas econômicas adotadas de 1986 a 1994, relatando as causas dos sucessos e dos fracassos dos planos econômicos implantados até o Plano Real, apontando os principais pontos da eficácia do Plano Real no combate à inflação, e as medidas adotadas na sua execução, que possibilitaram eliminar a alta da inflação, e os benefícios da estabilidade econômica proporcionado pelo referido Plano. Também objetiva mostrar as principais medidas adotadas pelo governo na realização dos planos econômicos e identificar as medidas utilizadas no combate à inflação, com a implantação do Plano Real. Para a caracterização de expectativas de crescimento futuro, busca mecanismos de políticas fiscal, cambial e monetária, além de contribuir para a redução gradativa da inflação, a partir da estabilização dos preços e retomada do crescimento. Adotou-se o método de pesquisa exploratória, mediante a realização de pesquisas bibliográfica em livros e periódicos, revistas especializadas, artigos, dissertações e sites especializados, necessários à identificação dos mecanismos de política econômica utilizados no combate à inflação no período de 1986 a 1994. Como resultado expressa-se que as âncoras fiscal, monetária e cambial, foram de grande importância para gerar credibilidade na política econômica, fazendo com que as empresas e as famílias tivessem confiança na moeda ascendente, acabando com a inflação inercial gerada pela expectativa inflacionaria, o que comprova a eficácia do Plano Real e o fim da alta da inflação.

Palavras-chave: política econômica; inflação; planos econômicos; Brasil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FSE	Fundo Social de Emergência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOF	Imposto sobre Obrigações Financeiras
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
OTN	Obrigações do Tesouro Nacional
PAI	Programa de Ação Imediata
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços
TQM	Teoria Quantitativa da Moeda
URP	Unidade de Referência de Preços
URV	Unidade Real de valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. INFLAÇÃO	13
1.1 DEFINIÇÕES, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	13
1.2 A ORTODOXIA NO COMBATE A INFLAÇÃO	15
1.3 A HETERODOXIA NO COMBATE A INFLAÇÃO	16
2. INFLAÇÃO BRASILEIRA 1986 A 1992	18
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E A BUSCA DA ESTABILIDADE ECONÔMICA.....	18
2.1.1 Plano Cruzado	18
2.2 PLANO BRESSER	21
2.2.1 Política Feijão com Arroz e o Plano Verão	21
2.3 COMBATE A INFLAÇÃO: PLANO COLLOR	22
2.3.1 Plano Collor I.....	22
2.3.2 Plano Collor II.....	23
3. EFICÁCIA NO CONTROLE DA INFLAÇÃO BRASILEIRA -1993 A 1994	24
3.1 POLÍTICAS ECONÔMICAS NO COMBATE A INFLAÇÃO: PLANO REAL.....	24
3.2 POLÍTICA FISCAL	24
3.3 UNIDADE REAL DE VALOR (URV).....	26
3.4 MOEDA REAL.....	28
CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
ANEXOS	34

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo geral analisar e identificar os mecanismos da política econômica utilizados no combate à inflação no período de 1986 a 1994, descrevendo os planos econômicos que antecederam o Plano Real e seus efeitos quanto a política de estabilização de preços.

Também terá por objetivos específicos identificar os fracassos dos planos econômicos da década de 80, buscando relatar que sem uma política fiscal eficiente, não é possível a economia alcançar o objetivo da estabilização.

Explicando as principais medidas adotadas pelo governo, para as execuções dos planos econômicos nos anos de 1986 a 1992 e o fracasso da estabilidade dos preços e o fim de cada plano.

Por fim conhecer as medidas utilizadas para o combate à inflação em 1994, com medidas diferentes dos planos que antecederam, descrevendo as fases de implantação do plano Real e como resultado o fim da inflação, iniciando um novo ciclo econômico para a nação brasileira.

Esta monografia quanto ao problema levantado, busca indagar: as políticas econômicas adotadas para o combate à inflação foram eficazes na época de suas adoções, inclusive para a implantação da nova moeda Real?

A hipótese a que se definiu para a solução do problema, partiu da análise dos efeitos dos planos idealizados no período 1986 a 1994, inclusive quanto à implantação da nova moeda Real que foi eficiente no combate à inflação e contribuiu para restaurar a credibilidade econômica do país, no período considerado; proporcionou o equilíbrio e uma expectativa de crescimento futuro, aliada as políticas Fiscal, Cambial e Monetária; mostrou-se eficiente, equilibrando a economia, reduzindo gradativamente a inflação e conseguindo assim estabilizar os preços com o novo plano econômico Real.

Nesse trabalho descreverá as medidas tomadas no Plano Real, em cada uma de suas fases, relatando o êxito das políticas econômica aderida na execução do plano, ressaltando a importâncias das âncoras imposta pelo Plano Real à época e como as medidas adotadas foram eficientes nos seus objetivos de estabilização dos preços na economia.

Na presente monografia a fim de se obter as informações necessárias, para a análise e identificação dos mecanismos de política econômica utilizados no combate à inflação no período de 1986 a 1994, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e periódicos, revistas especializadas, dissertações, revistas, artigos, dissertações e sites especializados.

A presente monografia será estruturada em três capítulos, no primeiro serão apresentados os aspectos históricos e teóricos relativos a pesquisa, em especial os casos notáveis; pensamentos ortodoxos e heterodoxos de combates à inflação.

No segundo capítulo será apresentada uma abordagem da inflação brasileira no período de 1986 a 1992, conforme destaque nos objetivos identificados, bem como alusão ao combate à inflação; destaque para os planos econômicos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II.

No terceiro e último capítulo será feita uma abordagem, da fase inicial do Plano Real, expondo a eficácia das políticas econômicas utilizadas no combate à inflação como: política fiscal, unidade real de valor (URV) e a implantação da moeda real.

1. INFLAÇÃO

1.1 DEFINIÇÕES, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A inflação é um processo de elevação no nível geral dos preços de bens e serviços, causada por excesso de oferta ou demanda, e tem implicação direta no poder de compra dos indivíduos. Trata-se de um mecanismo presente em todas as economias do mundo, onde se praticam o sistema de trocas indiretas.

Lopes (1989), na sua análise, destaca que a inflação não é um processo homogêneo e uniforme. Na sua percepção, para identificar parte da análise de um indicador composto a partir de uma cesta de diferentes bens e ou serviços, com pesos e medidas distintas e expostos a diferentes choques.

Segundo Lopes (1989), a inflação baixa é aquela em que as taxas fiquem em torno de 5% ao ano, enquanto inflações com um máximo de 25% são consideradas moderadas. Quando atinge os 25% até os 50% é um cenário de inflação aberta, cujo combate é por medidas de austeridade monetária e fiscal. Passados os 50% ao ano, é hiperinflação.

A inflação elevada prejudica o investimento, trazendo incertezas geradas nos desajustes dos preços, prejudicando o crescimento econômico. As distorções nos preços relativos fazem com que as empresas e os trabalhadores percam a noção se um produto ou serviço se situa em nível de preço menor ou mais elevado.

A propósito, tais efeitos impactam de forma significativa os indivíduos de níveis sociais de baixa renda que não tem como defender seus ganhos da inflação, que tem os salários engessados ao longo de um ano. O governo também é prejudicado pela alta generalizada dos preços, pelas incertezas geradas quanto ao futuro, as quais fazem com que os investimentos sejam reduzidos.

Tais efeitos, por razões quanto à redução de capital novo, leva a geração de desemprego, fazendo com que as autoridades econômicas se veem obrigadas a proceder ajustes monetários, em especial na taxa de juros, com vistas ao controle do

crédito, o que leva o risco ao investimento, além de implicar no aumento do endividamento público.

Sobre as causas da inflação, em suas formas puras, pode se afirmar que se trata do excesso de demanda agregada em relação à oferta agregada ou da expansão dos custos componentes desta oferta. As pressões resultantes dessas duas causas primárias dão origem a dois tipos diferenciados de inflação, respectivamente, inflação de demanda e inflação de custos ou de oferta.

Um aumento de preços gerado por um deslocamento ascendente da curva de demanda da economia é frequentemente chamado de inflação de demanda. Um aumento geral de preços é uma inflação, e aquela causada por um deslocamento da demanda é identificada como inflação de demanda. E esta contrasta com a inflação de custos que tem suas origens na oferta da economia. (BRANSON, 1978, p. 319).

A Inflação de demanda corresponde a um excedente com relação a produção disponível, isto é, quando a demanda acompanha a oferta. Isso será mais provável de ocorrer quando se tem a economia próxima a condição de pleno emprego, ou seja, próxima da utilização total da capacidade produtiva.

Inflação em níveis baixo sempre vai existir, pois os preços não são instáveis devido as variações de produções e consumo, quando a inflação vai crescendo de forma desordenada, o governo tem o papel importante na reorganização dos preços, pois somente a mão invisível da economia não é o suficiente na readequação dos níveis de preços.

A inflação em níveis elevados, acima dos 50% ao ano, é conhecida como hiperinflação, derivado basicamente do financiamento do setor público, através da emissão de papel moeda para cobrir despesas. Medidas essas que fomenta a demanda, causando desequilíbrio entre o consumo e a oferta de bens e serviços, resultando em mais inflação, entrando no ciclo vicioso.

Historicamente, um caso típico de inflação elevada ou hiperinflação mais estudada foi o da economia alemã logo após a Primeira Guerra Mundial, no período de 1921 a 1923, que conforme dados de Lopes (1989), apesar de a ocorrência mais extrema ser a da Hungria, imediatamente após a Segunda Guerra, os registros alcançaram casas superiores a bilhões de marcos anuais.

Além destes, registram-se casos particulares na América Latina a partir do final da década de 1970, a envolver diversos países, que acumularam índices

descontrolados de aumento de preços e claros aspectos de hiperinflação, dentre estes o Brasil.

1.2 A ORTODOXIA NO COMBATE A INFLAÇÃO

Para os ortodoxos a moeda não é neutra no curto prazo, e a expansão monetária causa inflação de demanda, influenciando no nível geral dos preços. A moeda é somente o meio de troca, e quando a oferta da mesma ultrapassa a sua demanda, ela perde parte do seu valor real, e os bens e serviços encarecem, fazendo com que as pessoas tenham que se dispor de mais moedas para fazer suas compras.

A visão ortodoxa acredita que o mercado se auto regula, e não necessitando da intervenção do Estado, já que o mecanismo de preços é eficiente. O mercado tende a crescer de forma estável mesmo que haja flutuações no produto.

Para os economistas do *mainstream*, que acham que a moeda pode não ser neutra a curto prazo, a ideia é a de que as impulsões monetárias afetam a repartição da renda ou da riqueza, podendo modificar a estrutura da produção e a alocação de recursos e, assim, alterar preços relativos e quantidades. Porém os gastos provenientes da nova repartição de renda vão provocando aumentos de preços relativos, e aumentando conseqüentemente o nível geral de preços até que ele tenha crescido na proporção do aumento da quantidade de moeda. Neste momento, as quantidades afetadas inicialmente já retornaram aos níveis anteriores, e o nível geral de preços maior é só o que resta do processo (MOLLO, 2004, p.329).

A ortodoxia vai aceitar a não neutralidade da moeda somente no curto prazo. A ilusão monetária é o que se observa em alguns agentes econômicos que confundem riqueza real e o acréscimo do estoque de moedas. A visão ortodoxa a moeda é exógena, determinada pela autoridade monetária, tendo como uns dos objetivos, o meio de pagamento.

A Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) descreve que há uma relação direta entre a quantidade de moeda em circulação e a variação do nível geral dos preços, considerando que tanto a velocidade da moeda em circulação como a quantidade de bens e serviços permaneçam constantes.

Outra forma de expressar a TQM é dizer que uma mudança no estoque de moeda, num certo período de tempo, não tem efeito permanente sobre as variáveis reais, mas resulta em uma mudança proporcional nos preços dos bens e serviços. (CARVALHO et.al., 2007, p 31)

Para Lopes e Mollo (2011), os pensadores ortodoxos defende um menor papel do governo na economia via o aumento do superávit primário, na medida em que o aumento do mesmo aumentaria a credibilidade do governo por permiti-lo reduzir os seus gastos e impedir a ocorrência inflacionária, com isso haveria a queda da taxa de juros e do déficit fiscal.

Para os ortodoxos a política monetária não é um instrumento capaz de estimular o investimento e nem reduzir o desemprego de forma duradoura e não veem quaisquer vantagens em financiar gastos do governo, via aumento de oferta de moeda ou dívida pública, por acreditarem na neutralidade da moeda, e por ela não gerar efeitos sobre as variáveis reais, dificultando o controle de preços. A política monetária é destinada apenas ao controle de preços, não tendo efeito nenhum sobre o crescimento econômico.

Ainda para Lopes e Mollo (2011), a ortodoxia aceitava a ação do Estado somente via política fiscal, para estimular o crescimento econômico, mostrando que a poupança leva à redução do consumo, com vistas a prover recursos para o investimento. Que os recursos poupados significam postergação de demanda tanto para consumo quanto dos investimentos que forem realizados para gerar capital suficiente para a produção de bens finais.

1.3 A HETERODOXIA NO COMBATE A INFLAÇÃO

Na visão dos heterodoxos o governo tem o papel fundamental na economia, para garantir o controle econômico, via política monetária via redução das taxas de juros ou elevando os gastos do governo e/ou reduzindo impostos com o objetivo de promover variações no nível de demanda agregada, dependendo do cenário da economia, a fim de manter o equilíbrio dos preços.

Para Carvalho et al. (2007), a ação do governo é de extrema importância para a promoção do crescimento, tanto por meio da política monetária como também da política fiscal. A moeda na visão heterodoxa é de fundamental importância, e ela influencia o nível de investimento, emprego e do produto. A moeda não é demandada somente para fins transacionais, mais também por motivo de precaução, o qual os agentes reservam parte do seu valor para cobrir despesas imprevistas, e por motivo especulativo.

Os heterodoxos não acreditam que o aumento na base monetária é a causa do aumento dos preços, porque para eles a moeda tem efeito positivo na economia real. Os pós-keynesianos acham que a taxa de juros não é eficiente no controle da inflação, pois interpretam que a inflação como sendo um problema do lado da oferta, advertindo que a taxa de juros só teria efeito na demanda, assim sendo o aumento na taxa de juros só atacaria o sintoma da inflação e não a causa.

Neste sentido, acreditam na existência de vários tipos de inflação, aos quais o combate das suas causas implica no uso de instrumentos anti-inflacionários específicos à cada um. É desta forma que se constitui o método pós keynesiano, minuciosamente, procurando identificar a origem da inflação e assim, adotar políticas específicas que possam atacar as pressões inflacionárias, sem, no entanto, afetar os setores que buscam a estabilidade de preços.

A inflação é responsável pela geração de crise monetária, porque pode levar a perda do reconhecimento social da moeda, que é dada por imperfeitas impressões de valores nos preços, tendo como resultado fuga da moeda nacional e rejeição a mesma, podendo ser observado a aderência de moedas estrangeiras como meio de pagamento e reserva de valor.

Segundo Mollo & Saad Filho (2001), se o Banco Central já não é mais capaz de garantir que todas as funções da moeda sejam cumpridas, ou se torna difícil a conversão entre os diferentes tipos de moeda, neste sentido, a moeda nacional passa a sofrer pressões de outras formas monetárias, o que ameaça a reprodução da mesma como equivalente geral, ocasionando assim, em crises monetárias.

Assim sendo, processos inflacionários crônicos podem provocar crises monetárias, na medida em que podem levar a deterioração da moeda, fazendo com que esta perca sua legitimidade e que seja rejeitada socialmente, tendo grandes dificuldades em reproduzir-se como equivalente geral, o que leva ao surgimento de moedas substitutas.

A inflação pode ser contida por meio de choques heterodoxos, tendo como primazia o congelamento de preços de toda a economia, em um determinado período, seguindo de uma reforma monetária, com a criação de uma nova moeda, com fins de deixar a moeda deteriorada pela inflação.

2. INFLAÇÃO BRASILEIRA 1986 A 1992

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E A BUSCA DA ESTABILIDADE ECONÔMICA

Mediante emenda constitucional foi restabelecido o direito ao voto no ano de 1984, levada pela grande pressão da população que queria o direito de escolher seus representantes, nesse momento a transição para democracia já estava em curso.

Nesse período, o governo com objetivo de equilibrar a economia e buscar o combate à inflação buscou a adoção de medidas macroeconômicas, via planos econômicos, conforme descritos a seguir.

2.1.1 Plano Cruzado

O Plano Cruzado foi adotado no segundo ano do governo Sarney, pelo então ministro Dílson Funaro, mediante proposta de Choque Heterodoxo.

Sob a liderança do economista Francisco Lopes, esse plano econômico teve grande semelhança com o Plano Austral implantado na Argentina um ano antes do Plano Cruzado.

O plano econômico Cruzado foi executado de acordo com o plano econômico da Argentina chamado Plano Austral.

Implementado pelo economista Francisco Lopes, que consistia em promover um congelamento de preços e salários, além de um fim do financiamento dos déficits do governo com a emissão de moeda. Esse plano funcionou bem no controle da inflação, sendo que pelos os dois anos em que foi mantido o congelamento de preços, tempo considerado excessivo, o Plano Austral não foi eficaz em garantir o reajuste fiscal necessário para que se sustentasse a paridade cambial com o dólar (Lopes, 1989).

Uma das principais medidas do Plano Cruzado foi a reforma monetária e o congelamento dos preços. Manteve-se estabelecido o cruzado como nova moeda, com paridade de 1000 cruzeiro seria igual a 1 cruzado, como isso cria a imagem de

uma moeda forte. Os preços dos produtos foram congelados a partir de 28 de fevereiro de 1986 e foi criada uma “Tabela da Sunab” (Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços).

Consistia numa lista de preços a ser respeitada, sob vigilância da população, conhecido como “fiscal do presidente”, os estabelecimentos de bens e serviços, que não cumprisse, seria multado, através de denúncia pública. (GIAMBIAGI, 2010, p 111).

Para Giambiagi (2010), com a desindexação da economia mediante a criação da OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional), os valores ficariam congelados por um ano, ficando proibido a indexação de contratos com prazos inferiores a um ano.

As obrigações financeiras continuavam a ser denominada pela velha moeda cruzeiro, que era desvalorizava todos os dias em relação a nova moeda cruzado, através de uma tablita de conversão. Criou-se, mediante a adoção de Medida Provisória, a tablita com o objetivo de acabar com expectativa inflacionária, embutidas nas obrigações financeiras.

Nesta fase, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) foi alterado para Índice de Preço ao Consumidor (IPC), o objetivo de eliminar a contaminação da inflação. A poupança passa a sofrer correções trimestralmente, com isso não gerando a ilusão monetária.

Ainda de acordo com Giambiagi (2010), foram criadas política salariais, onde o salário em cruzado era calculado pela média dos últimos seis meses. Foi criado o gatilho salarial, que garantia a correção imediata dos salários, sempre que a inflação acumulasse 20%, com finalidade de proteger o poder de compra dos assalariados.

O sucesso do plano na sua implantação foi considerado positivo com geração de novos postos de trabalho, aumento do consumo. Nesse cenário a indústria se via obrigada a aumentar o salário e estava operando próxima a sua capacidade máxima.

Para Giambiagi (2010), com as taxas de juros baixas o consumo aumentava cada vez mais, levando ao *boom* de consumo. Nesse momento começa aparecer sinais de desabastecimento. Produtos congelados com defasagem de preço foram os primeiros a desaparecerem das prateleiras, casos de produtos que estavam em promoções da implantação do plano.

O governo estava sem saída para o congelamento, pois o descongelamento parcial dos preços seria difícil administrar, e caso descongelasse totalmente, acionaria o gatilho salarial.

O descontrole da política monetária, com redução de juros e aumentos na base monetária, pressionou o consumo que se obrigou a realizar congelamento de preços, o que deu poder de compra as famílias.

Pelo lado da oferta foi desestimulada pelo custo de produção, que não poderia ser repassado para os preços finais causando o desabastecimento, levando o plano cruzado ao fracasso.

Segundo Giambiagi (2010), a pressão causada pelo desabastecimento fez com que o governo não conseguisse a manutenção dos preços congelados, e, após o descongelamento o resultado foi o retorno da inflação, agora de caráter inercial, o que fez com que o governo se decidisse para um novo plano.

Surge assim, o cruzadinho, após cinco meses da implantação do cruzado, ele consistia num pacote fiscal para desaquecer a demanda, financiar o investimento em infraestrutura e cumprir com metas sociais.

Nos primeiros meses da implantação houve superávit da balança comercial, isso alterou no segundo semestre do ano de 1986 queda nas exportações e o aumento das importações. Persistia a inflação.

Em outubro de 1986 o governo decretou uma desvalorização do cruzado em 1,8% e anunciou uma política de desvalorização cambial, baseando o câmbio com o reajuste do salário. Com isso o governo provocou uma expectativa de desvalorização ainda maior do que a anunciada, levando o aumento do ágio no mercado paralelo de dólar.

As importações foram antecipadas e tardaram as exportações, como resultado teve a deterioração das contas externas.

De acordo Giambiagi (2010), foi anunciado o Cruzado II, tendo em vista um novo pacote de política fiscal, objetivando um aumento na arrecadação em 4% do PIB. O governo aumentou os impostos sobre veículos, cigarros e bebidas, e autorizou o aumento das tarifas de energia elétrica, telefone e tarifas postais. Isso provocou uma pressão para descongelamento, nesse instante os preços passaram a ser corrigidos e atualizados, e com isso a inflação disparou, acionando o gatilho salarial, gerando mais inflação. A inflação foi retroalimentada no fim do congelamento, e a retomada ao congelamento já não era mais viável.

Nesta fase realizou os abonos salariais, que contribuíram para o aumento da demanda por bens e serviços. A fraca condução da política monetária e fiscal, ao aquecimento desordenado da demanda, levando em conta a duração acima do recomendado dos congelamentos dos preços, a criação do gatilho salarial que era acionado todas as vezes que a inflação acumulava 20%, provocando mais inflação pela indexação, e a manutenção do câmbio fixo. O governo não vendo saída para o fim da inflação com o plano implantado, dá início ao Plano Bresser.

2.2 PLANO BRESSER

O plano Bresser teve início em 12 de junho de 1987 com objetivo de provocar um choque deflacionário, buscando evitar erros cometidos no plano Cruzado. A inflação foi observada como sendo inercial e de demanda, nesse contexto o plano teve sua concepção como híbrido, contendo pontos heterodoxos e ortodoxos.

Pelo lado ortodoxo usaria a política monetária elevando os juros para contrair a demanda, pelo lado fiscal o aumento das tarifas públicas, corte de gastos e subsídios. Pelo lado heterodoxo, foi imposto o congelamento preços e salários por três meses, tendo três fases, a primeira o congelamento total, segunda a flexibilização dos preços e na terceira o descongelamento.

O fim do gatilho salarial, e os salários teve um novo indexador a URP (Unidade de Referência de Preços), com correção mensal, e a taxa de câmbio não foi congelada, criaram uma nova tablita de regras. Não houve substituição da moeda.

Os congelamentos dos preços não foram respeitados e houve remarcação preventiva. Pela expectativa de um novo congelamento, causando distorções e desequilíbrio nos preços, e os acordo de reajuste firmado com categoria dos funcionalismos, pressionou os preços. Houve resistência na reforma tributária e a insatisfação da população faz com o plano Bresser chegue ao fim.

2.2.1 Política Feijão com Arroz e o Plano Verão

Maílson da Nóbrega assume a pasta da fazenda, contrapondo a visão heterodoxa, tendo em vista a estabilização da inflação em 15% ao mês e reduzir gradualmente o déficit público, essa proposta ficou conhecida com política feijão com

arroz, baseava em congelamento dos empréstimos do governo, e dos salários do funcionalismo público.

De acordo Giambiagi *et al.* (2010), o plano no primeiro mês ficou próximo à meta, os aumentos dos preços públicos e o choque agrícola fizeram com que os preços acelerassem no segundo semestre de 1988. O IPC atingiu 24% trazendo à tona a discussão sobre a inflação inercial. Nesse período também ficou marcado pelo fim da moratória do pagamento dos juros da dívida externa, decretada em fevereiro de 1988, e a promulgação da nova Constituição do Brasil.

O insucesso da Política Feijão com Arroz no combate à inflação levou ao fim da proposta de desindexação, que resultou no Plano Verão em 14 de janeiro de 1989. No Plano Verão foram retirados todos os mecanismos indexação, esse plano foi anunciado como um plano híbrido, pelo lado ortodoxo redução de despesas de custeio, reforma administrativa, limitação na emissão de título público e restrição ao crédito. Do lado heterodoxo congelamento de preços e salários.

O ajuste fiscal de fato não ocorreu e a expectativa inflacionaria fazia com que os trabalhadores consumissem bens e serviços o mais rápido para tentar manter o poder de compra no momento do recebimento.

Os trabalhadores insatisfeitos reivindicavam reposições salariais. Mais um plano fracassado no combate a inflação. Esse cenário foi deixado para o sucessor à tarefa do combate à inflação.

2.3 COMBATE A INFLAÇÃO: PLANO COLLOR

2.3.1 Plano Collor I

Em 1989 é eleito presidente Fernando Collor de Melo. Na sua posse em 15 de março de 1990 ele anuncia o novo plano econômico, onde o cruzeiro passa novamente a ser a moeda nacional e foi imposto um novo congelamento de preços de bens e serviços na tentativa de combater a inflação.

De acordo com Giambiagi (2010), na política monetária foi a medida mais brusca com o sequestro de liquidez, valores acima de NCr\$ 50.000, foram bloqueados com a promessa da devolução em 12 prestações de iguais valores, a partir de setembro de 1991. Esses valores teriam reajuste monetário de mais 6% ao ano.

Para Afonso Pastore (2010), o bloqueio dos ativos monetário restringiria apenas o estoque de moeda indexada existente, mas não acabava com o processo

que a criava, ou seja, não eliminava o seu fluxo. O autor argumentava que, como evidenciado pela teoria quantitativa da moeda, é o fluxo de moeda que gera a inflação e não o estoque, tornando o plano em si inconsistente.

Na política fiscal, promoveu um aumento na arrecadação, pela criação de novos tributos, aumento sobre Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF) e outros. Redução no prazo de recolhimento dos impostos, suspensão de benefícios fiscais, e medidas de combate a sonegação.

O plano tinha por objetivo a redução dos preços através da desindexação parcial da economia e a desoneração temporária dos pagamentos dos juros sobre a chamada moeda indexada.

A volta do congelamento dos preços de bens e serviços, processo esse já desgastados na década de 80 e que os seus efeitos não foram eficazes, os aumentos dos impostos sem redução dos gastos do governo, isso tudo apontava para o fracasso do atual plano, que gerou uma recessão e não combateu de forma objetiva a inflação.

2.3.2 Plano Collor II

O plano Collor II, criado com objetivo de conter a taxa elevada da inflação para alcançar o controle da inflação. Seria através da racionalização dos gastos nas administrações públicas, do corte das despesas e da aceleração do processo de modernização do parque industrial.

Conforme Giambiagi (2010), o plano propunha o fim de todo e qualquer tipo de indexação da economia, considerada como a principal causa da retomada da inflação, mas os escândalos políticos inviabilizaram toda e qualquer ação de política econômica que dependesse da credibilidade do governo. Collor sofreu *impeachment* e seu vice Itamar Franco assume a presidência em outubro de 1992.

3. EFICÁCIA NO CONTROLE DA INFLAÇÃO BRASILEIRA -1993 A 1994.

3.1 POLÍTICAS ECONÔMICAS NO COMBATE A INFLAÇÃO: PLANO REAL

Em vista do insucesso dos Planos Econômicos anteriores, em 1992 teve início à criação de um novo plano econômico, com o objetivo de controle das contas públicas por meio de reforma fiscal e reforma monetária, com intuito de combater a inflação que assolava a nação.

No caso, o plano econômico que viria marcar a estabilização da economia foi o Plano Real, concebido em três fases:

- a) ajuste fiscal que levasse ao estabelecimento do equilíbrio das contas públicas;
- b) a criação da Unidade Real de valor (URV);
- c) poder liberatório da unidade de conta com as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real).

No que se refere ao ajuste das contas públicas em bases sustentáveis, a longo prazo, deve-se conhecer a política fiscal adotada desde o início do Plano Real.

Neste caso estabeleceu-se a manutenção do resultado primário sobre o controle dos gastos mediante a ampliação das fontes de recursos do setor público.

3.2 POLÍTICA FISCAL

A primeira ação da nova política fiscal foi criação do Programa de Ação Imediata (PAI) com intenção de reequilibrar as contas públicas.

Para sustentar tal estabilidade, é evidente, será necessário que o excessivo déficit público tenha sido eliminado e que não haja emissão além da estritamente compatível com a demanda da

moeda. Não há aqui nenhum milagre. Estabilidade monetária requer disciplina fiscal. Não há estabilidade sustentável sem equilíbrio orçamentário (LARA RESENDE, 1992, p.117)

Os formuladores do Plano Real acreditavam que o equilíbrio fiscal seria o ponto para o sucesso do plano, pois daria credibilidade ao governo no que tange a responsabilidade com as despesas e as arrecadações.

Nesse processo foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), esse foi considerado o principal instrumento da política fiscal responsável por reduzir os gastos do governo e dar maior flexibilidade para utilização dos recursos, e importante para resolver o problema da fragilidade de financiamento do Estado brasileiro.

A política fiscal previa o controle dos bancos estaduais de modo a impedir que funcionassem como financiadores do governo, impossibilitando financiamentos indevido e descontrolados dos gastos públicos dos estados.

Segundo Filgueiras (2006), com o objetivo de aumentar o montante de receitas elevou-se as alíquotas de impostos em 5%, e se reativou o imposto sobre movimentações financeiras, bem como reduziu as despesas correntes em 40%. Também foram postas em prática medidas para renegociar as dívidas dos municípios e estados do país, bem como impedir a emissão de títulos públicos, que foram adotados com claros objetivos de sinalizar à população que o governo não gastaria além do recebido como receita

Bacha (1995), expõe que a aprovação da reforma fiscal foi extremamente importante e que, a partir desta sinalização positiva foi possível colocar em prática a segunda etapa do plano: a URV.

Nesta fase foi necessário a aplicação de medidas para conter a inflação e uma das alternativas exposta à época foi o ajuste fiscal, já mencionado.

A política fiscal é pouco flexível e o seu efeito lento e por isso as medidas teriam que ser tomadas com antecedência para justificar o efeito pretendido no combate à inflação.

E assim, a partir de 1993 estabeleceu-se a sequência de fases e daí nasce o Plano Real, em 1994, cuja implantação foi realizada em três etapas: no momento inicial de estabilização das contas públicas; lançamento da Unidade Real de Valor (URV); e finalmente no momento do lançamento do Plano que aconteceu em 27 de

fevereiro de 1994, com a publicação da Medida Provisória número 434 que institui a URV.

3.3 UNIDADE REAL DE VALOR (URV)

A ideia da criação da Unidade Real de Valor (URV) tinha o objetivo de reintegrar uma de suas funções que havia perdido, a reserva de valor.

As funções de unidade de conta e meio de pagamento tinham se mantido através de mecanismo de indexação. As alternativas à reunificação das funções, tanto se baseavam em experiências anteriores quanto como ideias novas.

Entre as experiências observadas estão a da Alemanha da década de 20 e a da Hungria da década de 40, onde foram utilizadas, em um dado momento, duas moedas ao mesmo tempo na economia - uma nova indexada e a antiga deteriorada. Estas experiências foram trabalhadas e tinham Francisco Lopes, Pêrsio Arida e Lara Resende como principais interlocutores.

Segundo Franco (1995), os resultados destas discussões identificaram que o melhor não seria a utilização de duas moedas concomitantemente, mas sim a separação das funções da mesma moeda - sendo esta a única utilizada na economia.

A URV era uma moeda de referência atrelado ao dólar. Essa moeda indexada a uma moeda forte não sofria variações de valor com a inflação existente na velha moeda, isso criava a expectativa de um país sem inflação, e aos poucos a população brasileira foi aderindo essa nova moeda que não sofria com a elevada inflação presente.

Para Franco (1995), a URV foi lançada com paridade de 1 para 2.750 com o cruzeiro real, a transformação do URV em Real não foi imediata à aplicação do Plano.

A conversão para moeda Real ocorreu dia 01 de julho de 1994 com objetivo claro de frear as expectativas da população quanto à transição de um padrão monetário para outro, levando a população a acreditar que a reforma monetária não dependeria de congelamento de preços/salários, nem de tablitas - como aconteceram nos planos anteriores que gerou grande insatisfação.

A URV era a porta de entrada para nova moeda real, ela não existia fisicamente mais era usada como unidade de conta, a outras funções de reserva de valor e meio

de pagamento só seriam concretizadas quando a URV fosse transformada na nova moeda Real.

A URV mantinha constante o seu poder de compra, o cruzeiro real desvalorizava diariamente perante a URV, essa perda de poder aquisitivo da moeda em circulação era usada com índice de correção monetária. O valor da URV em cruzeiro reais, passou a ser usado como parâmetro para negociação com a moeda estrangeira. Essa medida visava acabar com a indexação cambial, a correção monetária, no entanto, deveria ser estabelecida através da URV e não do câmbio.

Os novos contratos passaram a ser feitos em URV, esse processo foi ocorrendo voluntariamente. A partir da percepção da estabilidade da URV, que não inflacionava, as pessoas e empresas foram aderindo às marcações de todos os preços em URV. Esse plano ascendente respeitava o máximo possível os mecanismos de mercado, evitando o uso de tablita e outras formas de intervenção direta, deixando os indivíduos aderir e aceitarem a nova moeda livremente.

Franco (1995), a partir de 1º de março, os salários ficavam fixos em URV, mas eram reajustados em cruzeiro reais mensalmente, de acordo com a variação da URV e pagos pela URV do dia do pagamento. Ou seja, além de se estar introduzindo a uma mudança de expressão monetária de Cruzeiro Reais para URV pela média, estava-se efetuando uma transição do regime de competência para o de caixa.

Para se entender a forma, foi necessário promover uma combinação de operações de desindexação, promoção de congelamento de preços e tarifas públicas, além do controle do setor externo. Assim, a mudança da URV para moeda Real auxiliou, em parte, para minimizar os efeitos do componente inercial da taxa de inflação. De forma concomitante a adoção de políticas cambial e de comércio exterior foram associadas às providências de curto prazo de estabilização da moeda.

A segunda fase do Plano Real (URV) alterou, assim, uma das maiores características institucionais de nossa economia: a ampla indexação legal dos contratos e índices de preços, indexação essa responsável pela elevação contínua dos preços em uma economia com inflação alta. A desindexação eliminou os efeitos da inércia inflacionária.

3.4 MOEDA REAL

A reforma monetária fez-se necessária para adoção de uma âncora nominal, porque é preciso estabelecer uma referência de valor para com a nova moeda Real. É necessário fixar uma regra de equivalência ou paridade com uma moeda forte, no caso brasileiro o dólar. Para isso é usado âncora cambial para garantir o valor estável da nova moeda, que é dada através de regras de emissão do papel moeda, tendo limites quantitativos para a emissão de dinheiro fazendo uso da âncora monetária.

As âncoras tinham como principais objetivos dar credibilidade ao novo padrão monetário, promover a coordenação de expectativas, forçar os agentes a abandonarem as práticas inflacionárias de formação de preços e rendas em geral.

Espera-se, porém, que a economia, após um determinado período, consiga passar de um estado de “estabilidade administrada”, imposto pelas âncoras, para um de estabilidade “espontânea”, em que as livres forças de mercado garantam preços no nível internacional. (HERMAM, 1994, p.2)

Assim, com uso das âncoras para garantir a confiabilidade e estabilidade da nova moeda, é lançada o novo padrão monetário em 1 de julho de 1994, substituído o Cruzeiro Real. A URV se consolida em moeda física, chamada Real. Segundo site do Banco Central nesse momento uma URV equivalia 2750 Cruzeiro Real, uma URV seria igual a um Real.

A URV foi extinta, sai o Cruzeiro real e entra a moeda Real pela Medida Provisória 542. A oferta da moeda foi lastreada, em um Real igual a um Dólar, assegurando na reserva cambial e com fixação de limites máximos para o estoque de base monetária por período.

A emissão monetária fica, em princípio, condicionada à entrada de divisas o que exige austeridade fiscal e monetária do governo. Convencidos da gravidade do compromisso assumido (e cientes de poderem reivindicar moeda de lastro), os agentes aceitam a moeda nacional como análoga e a inflação interna tende a equiparar-se à inflação do país de referência. (CASTRO ET ALL, 1999, p. 106)

O Real como moeda nacional, agora sendo unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor, foi um sucesso, conforme dados do Banco Central do Brasil (2019).

A inflação oficial do Brasil, calculada pelo IBGE em junho de 1994, mês anterior do lançamento do Plano Real, a inflação em 12 meses foi de quase 5000%, sendo reduzida para cerca de 30% um ano depois tendo encerrado o ano (1995) em 22,4%.

A redução da inflação já era esperada. Com a estabilização dos preços, o dinheiro manteve o poder de compra, levando as pessoas demandar bens e serviços, fomentando a demanda, levando ao desequilíbrio de mercado.

Para evitar a volta da inflação, decorrente da elevação da demanda, foram tomadas medidas de políticas econômicas, com o aumento do depósito compulsório e elevação das taxas de juros, impedindo que a elevação da demanda viesse a continuar sendo a causa do processo inflacionário.

A política cambial passou a operar em bandas cambiais, com intervalos de manobras com intervenção direta do governo para que não haja uma supervalorização ou desvalorização brusca do câmbio. Com a taxa de câmbio controlada e pareada, em um real igual a um dólar, dá a possibilidade de se firmar contratos de longo prazo, levando em conta a expectativa de estabilidade da nova política econômica adotada, com o câmbio favorável e a abertura econômica, o que também permite uma convergência da inflação, para os patamares internacional.

As ancoras utilizadas para manutenção da nova política econômica foram indispensáveis para continuidade da moeda ascendente; uma vez necessária a paridade da moeda Real para com o Dólar, precisava contar com reserva de Dólar para poder sustentar o programa de estabilização.

Também, para esta sequência de medidas, a elevação da taxa de juros foi umas das ferramentas de extrema importância para o período em questão, pois, juros acima do mercado externo atraía capital internacional para o Brasil, aumentando assim as reservas e garantindo o valor da nova moeda implantada.

Assim, com as políticas econômicas implantadas e executadas em fases, sem surpresas dos planos anteriores, executada com responsabilidade, visando controle das contas públicas, com a política fiscal contendo os gastos exagerados, política monetária delimitando a quantidade de moeda a ser emitida, política cambial de paridade com o dólar e as políticas de taxas de juros, foram essas políticas em conjunto que levou ao fim da inflação e recomeço de um ciclo virtuoso economicamente para o Brasil.

CONCLUSÃO

A inflação é um dos problemas macroeconômicos que prejudicou o funcionamento da economia. Desestimulou o investimento em longo prazo, aumentou o desemprego, corroeu o poder de compra da sociedade estagnando a economia e impedindo o desenvolvimento econômico.

Políticas governamentais de combate à Inflação foram adotadas para elevar o nível de crescimento do país e a confiança dos mercados externos e internos, que era atribuição das autoridades monetárias manter a credibilidade da moeda e seu poder de compra mediante a utilização de mecanismos de política econômica, entre os quais as Políticas Fiscal, Monetária e Cambial, ajustando-as, de forma a reduzir gradativamente a inflação, retornando a economia ao equilíbrio e crescimento, sendo necessário a aplicação de políticas econômica que visassem o combate a essa alta descontrolada dos preços.

Entre 1986 e 1994 foram feitos seis planos econômicos, sendo que cinco deles fracassaram no combate permanente das altas inflacionárias, entre eles o Plano Cruzado, que adotou os congelamentos dos preços de bens e serviços de toda economia, porém, foram insuficientes com aspecto da política fiscal. Os gastos do governo eram crescentes, e a fonte de financiamento era através expansão da base monetária.

O Plano Cruzado falhou em aniquilar a alta inflação, pois, por um lado congelava preços, e por outro, fomentava a demanda pelos gastos desordenados, causando o desequilíbrio entre oferta e demanda, tiveram desabastecimentos, produtos ficaram escassos e o plano econômico adotado não tinha mais efeito benéfico para o país. Nesse contexto adotaram mais dois planos, sendo o Plano Bresser e o Verão, todos trabalharam no mesmo sentido de combater a alta inflacionária e falharam.

Em 1990, apontaram que o grande problema que a economia tinha era o excesso de moeda, então constitui um novo plano econômico, Plano Collor I, a sua

primeira medida foi o confisco das poupanças dos brasileiros e os congelamentos dos preços.

O plano tinha por objetivo tirar o excesso de liquidez da economia, como resultado esperando, era menos dinheiro, menos demanda e como consequência, a queda dos preços, mas ele repetiu os mesmos erros dos planos econômicos anteriores. Foram mais dois planos econômicos fracassados: Collor I e Collor II.

Nesse momento o plano que traria para o Brasil a estabilidade almejada seria o Plano Real, sendo que em 1993 começaram as etapas do plano com a política fiscal, que tinha em vista o controle das contas públicas, constituiu a época FSE (Fundo Social de Emergência).

Na segunda fase a criação da URV (Unidade Real de Valor), que criava uma moeda virtual que servia como unidade de conta que era indexada ao Dólar, gerando expectativas nas pessoas de preços que não sofria variações em URV, devido à alta inflacionária, passou-se assim, pessoas e a empresas a adotarem os preços em URV.

Por fim a poder liberatório da unidade de conta com as regras de lastramento da nova moeda. Assim, nasce a nova moeda Real indexada ao Dólar, com paridade de 1 por 1. O governo adotou âncoras nas políticas econômicas com objetivo de dar estabilidade e confiabilidade para a moeda.

Essas âncoras eram indispensáveis, pois através delas foi possível o controle do câmbio, dos gastos do governo, além de atrair capital estrangeiro com a alta dos juros aumentando as reservas em dólares, necessárias para sustentação do plano econômico de estabilização dos preços.

O Plano Real foi um plano econômico de estabilização sem surpresas, diferentes dos planos que antecederam, executando cada fase com responsabilidade, visando controle das contas públicas. As políticas econômicas implantadas conjuntamente cooperaram para o fim da inflação recomeçando o ciclo virtuoso economicamente para o Brasil.

A nova moeda Real implantada trouxe a estabilidade de preços, alterando o comportamento de consumo no país, findando a correria para comprar a mercadoria antes da remarcação, levando a economia brasileira para um novo cenário, onde se podia fazer planejamento proporcionada pela estabilidade dos preços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL. *Ajuste das contas públicas e transparência na comunicação explicam sucesso do Plano Real*. 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/358/noticia>>. Acesso em: 15 set. 2021.

BANCO CENTRAL. *Estabilidade REAL: 25 anos de existência do padrão monetário brasileiro, o real*. 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/25anosreal>>. Acesso em: 15 set. 2021.

BACHA. *Plano Real: Uma Avaliação Preliminar*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-26, jun., 1995.

CARVALHO, Carlos E. *As origens e a gênese do Plano Collor*. Nova Econ., Minas Gerais, v.16, p. 101-134, 2006.

CARVALHO, F. *et al. Economia Monetária e Financeira*. Teoria Política. Editora Revista Atualizada, 2007.

CASTRO, Lavinia Barros. *História precoce das ideias do plano real*. Dissertação, 1999. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/2759>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

FRANCO, Gustavo H. B. "*Hiperinflação - teoria e prática*" em *Inflação e Hiperinflação: Interpretações e Retórica*. Organização José Márcio Rego. Editora Bional, 1990.

_____. *O Plano Real e a URV: fundamentos da reforma monetária brasileira de 1993-1994* - Capítulo 2 do livro "O Plano Real e Outros Ensaios". 1992.

_____. *O Plano Real e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 3ª. ed., São Paulo: Boitempo, 2006.

GIAMBIAGI, Fabio. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HERMANN, Jennifer: "*M.P. 542: A Fase 2,5 do Plano Real*". Ponto de Vista, 1994.

LOPES, Francisco. *O Desafio da Hiperinflação: Em Busca da Moeda Real*. RJ, Campus, 1989.

LOPES, Mariana de L. Moreira; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *O debate sobre a redução do déficit fiscal no Brasil: Uma crítica pós-keynesiana*. Economia e Sociedade Brasileiras. Nova econ. 21 (1), abr. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-63512011000100003>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda*. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 3 (95), Julho-Setembro, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1619>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

_____; SAAD FILHO. *Reconhecimento social da moeda: observações sobre a inflação e a estabilização de preços no Brasil*. 2001.

RESENDE, Lara. *O Conselho da Moeda: um órgão emissor independente*. Revista de Economia Política, São Paulo, v.12, n.4, outubro-dezembro, 1992.

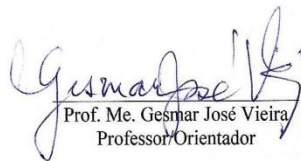
ANEXOS

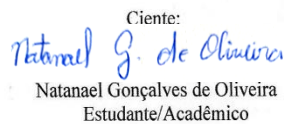


DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o (a) estudante Natanael Gonçalves de Oliveira, matrícula 2014.1.0021.0162-1, regularmente matriculado no segundo semestre letivo do Curso Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócio e Comunicação, ESTÁ APTO, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral Dos Trabalhos de Conclusão Dos Cursos De Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 30 de novembro de 2021.


Prof. Me. Gesmar José Vieira
Professor/Orientador

Ciente:

Natanael Gonçalves de Oliveira
Estudante/Acadêmico



Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Natanael Gonçalves de Oliveira do Curso de Ciências Econômica, matrícula 2014.1.0021.0162-1, telefone: 62 99170-1530, e-mail nathanaelgon@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Política Econômica Brasileira de 1986 a 1994: eficácia no Combate à inflação” gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 30 de novembro de 2021.

Natanael G. de Oliveira

Assinatura do(s) autor(es): _____

Nome completo do autor: Natanael Gonçalves de Oliveira

Assinatura do professor- orientador: _____

Gesmar José Vieira

Nome completo do professor-orientador: Prof. Me. Gesmar José Vieira